



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 6ª REGIÃO

ACORDO DE COOPERAÇÃO PRU6/TRT3 N. 1/2024

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3.ª REGIÃO E A PROCURADORIA REGIONAL DA UNIÃO DA 6.ª REGIÃO, OBJETIVANDO VIABILIZAR A PARTICIPAÇÃO DE ADVOGADOS DA UNIÃO, DE FORMA TELEPRESENCIAL, EM AUDIÊNCIAS DESIGNADAS NAS VARAS TRABALHISTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3.ª REGIÃO**, estabelecido na Avenida Getúlio Vargas, nº 225, Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30112-900, inscrito no CNPJ sob o n. 01.298.583/0001-41, neste ato representado pelo sua Exma. Presidente, Desembargadora Denise Alves Horta, doravante denominado **TRT3**, e a **PROCURADORIA REGIONAL DA UNIÃO DA 6.ª REGIÃO**, com sede na Rua Santa Catarina, 480 - Lourdes – Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ n. 26.994.558/0017-90, representada pelo Procurador-Regional da União da 6.ª Região, o Advogado da União **JOÃO BATISTA VILELA TOLEDO**, doravante denominada **PRU6**, celebram o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, com fulcro no art. 184 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a conjugação de esforços para viabilizar a participação de Advogados da União preferencialmente de forma telepresencial, em audiências designadas nas varas trabalhistas do Estado de Minas Gerais, sempre que houver viabilidade técnica e ressalvado o juízo de conveniência do magistrado, a quem compete decidir pela realização de audiência presencial, se for o caso, a teor da Resolução n. 354, de 19 de novembro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

O objeto será executado de acordo com o Plano de Trabalho, que faz parte integrante e indissociável do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

Os prazos de execução serão detalhados e registrados no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES

1. Do TRT3:

1.1. promover o necessário, sob o aspecto técnico, para viabilizar a participação telepresencial dos Advogados da União em audiências, por meio de seu representante indicado na Cláusula Sexta deste instrumento;

1.2. adotar as medidas para formalizar termos aditivos e apostilas, se for o caso; e

1.3. providenciar a divulgação do presente ajuste às varas trabalhistas de Minas Gerais.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 6ª REGIÃO

2. Da PRU6:

2.1. promover o necessário, sob o aspecto técnico, para viabilizar a participação dos Advogados da União, de forma telepresencial, nas audiências;

2.2. cientificar os Advogados da União:

2.2.1. nas varas trabalhistas de Minas Gerais, a participação do Advogado da União nas audiências designadas será feita, preferencialmente, de forma telepresencial, sempre que houver viabilidade técnica e ressalvado o juízo de conveniência do magistrado, a quem compete decidir pela realização de audiência presencial, se for o caso, a teor da Resolução n. 354, de 19 de novembro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça;

2.2.2. caberá ao Advogado da União comunicar ao Juízo Trabalhista, com a antecedência possível, quando optar por pretender participar presencialmente da audiência designada;

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

1. Não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

2. As despesas relativas à consecução do objeto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias dos partícipes.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

1. A gestão e a fiscalização serão efetivadas:

1.1. Pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região:

1.1.1. como gestor, o Assessor da Corregedoria de Cargo em Comissão CJ-1;

1.1.2. como fiscal(is), o(s) Assessor(es) da Corregedoria de Cargo em Comissão CJ-3.

1.2. Pela Procuradoria Regional da União da 6.ª Região, endereço: Rua Santa Catarina, nº 480, Lourdes, Belo Horizonte/MG, telefone: (031) 3029-3107, endereço eletrônico: pru6@agu.gov.br

2. As correspondências serão dirigidas aos endereços acima indicados e eventuais alterações serão informadas por escrito.

3. Caberá aos gestores:

3.1. acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

3.2. informar à autoridade superior a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria, e de indícios de irregularidades, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados; e

3.3. adotar as providências necessárias à eventual renovação da avença, observada a antecedência mínima de 04 (quatro) meses, da data prevista para o encerramento da sua vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

A vigência será pelo período de 5 anos, a contar da data da assinatura.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 6ª REGIÃO

CLÁUSULA OITAVA – DA DIVULGAÇÃO

O presente instrumento será divulgado pelo TRT3, em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

1. A rescisão poderá ocorrer:

1.1. por acordo entre os partícipes, por meio de comunicação escrita e encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias; e

1.2. pela inexecução total ou parcial do presente, com as consequências previstas em lei ou regulamento, formalmente motivada em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

2. As partes definirão os procedimentos para o encerramento da execução, de modo a resguardar o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS E DÚVIDAS

1. Os casos omissos, as dúvidas ou quaisquer divergências decorrentes da execução deste Acordo serão dirimidas pelos partícipes, por meio de consultas ao TRT3 e à PRU6, ou mediante a adoção de mecanismos extrajudiciais de composição de conflitos, quais sejam: conciliação e mediação.

2. Se inviabilizada a conciliação ou a mediação, será competente o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal para a solução das controvérsias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se ao presente as disposições da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei n. 9.784/1999 e do Código de Processo Civil.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente instrumento, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

DENISE ALVES
HORTA:30832
4329

Assinado de forma
digital por DENISE
ALVES
Horta:308324329
Dados: 2024.12.16
17:10:48 -03'00'

DENISE ALVES HORTA

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAO BATISTA VILELA TOLEDO
Data: 11/10/2024 07:54:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOÃO BATISTA VILELA TOLEDO

Procurador-Regional da União da 6ª Região

